

## SUMÁRIO

### Doutrina

Produtor Independente de energia Elétrica — CAIO TÁCITO	1
Novo Direito Constitucional Brasileiro — LUIS ROBERTO BARROSO	5
A dimensão política da jurisdição constitucional — INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO	39
Controle difuso e concentrado de constitucionalidade — JOSÉ RUBENS COSTA	45
Direito à Informação e Controle social da atividade econômica — SANDRA PIRES BARBOSA	57
Aspectos do recurso extraordinário — PEDRO GORDILHO	75
Desapropriabilidade de imóvel rural para fins de reforma agrária — FLAVIO SANT'ANNA XAVIER	87
Princípio da legalidade e poder regulamentar no Estado contemporâneo — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	109
Neoliberalismo e globalização: para entender o mundo em que vivemos — ROGERIO MEDEIROS GARCIA DE LIMA	131
Crise de energia elétrica e proteção de consumidor — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	143
Demissão de servidor civil da União por Ministro de Estado — ERIKO JOSÉ DOMINGUES DA SILVA RIBEIRO	169
Domínio econômico — Intervenção estatal — Livre iniciativa — EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	179
Elisão — Evasão fiscal — Déficit fiscal — ANDRÉ LUIZ CARVALHO ESTRELLA	195
Distinção entre usuário de serviço público e consumidor — ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL	217
Invalidação administrativa da Lei Federal nº 9.784/99 — VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	221

## **Legislação**

- Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001 — Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. 471
- Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001 — Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 473
- Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001 — Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. 474
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e da outras providências 478
- Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 — Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal 492
- Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 — Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e da outras providências 495
- Lei nº 10.279, de 12 de setembro de 2001 — Acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que inclui ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamento de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária. 499
- Decreto nº 3.874, de 19 de julho de 2001 — Regulamenta o inciso V do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000, no que destinam ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica 500
- Decreto nº 3.930, de 19 de setembro de 2001 — Dá nova redação ao art. 17 do Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece regras para a redação de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo, e dá outras providências. 501
- Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001 — Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. 501
- Índice Analítico** 507

A propósito da interpretação administrativa do Direito Tributário — FLAVIO BAUER NOVELLI	249
Bens municipais — Utilização — Taxas — JOSÉ RUBENS COSTA	265
Contrato de gestão — Serviços sociais autônomos — Intervenção do Estado — FERNANDO FACURY SCAFF	273
ICMS — Comércio de energia elétrica — Incidência — MARCELO DE MELLO CORRÊA	299
Uma leitura do Estatuto da cidade — LIVIA MARIA ARMENTANO ZAGO	327
O Estatuto da Cidade — TOSHIO MUKAI	343
 <b>Jurisprudência dos Tribunais</b>	
Registro Eleitoral — Direito Político — Inabilitação (TSE) Comentário — PEDRO GORDILHO	349
Ação direta de inconstitucionalidade — Ilegitimidade ativa — Associação de associações (STF)	376
Comentário — PEDRO GORDILHO	385
 <b>Jurisprudência Administrativa</b>	
Advocacia Geral da União — Lei Complementar nº 73 — Criação de cargos (AGU)	389
 <b>Pareceres</b>	
Imposição de ICMS nas operações com energia elétrica — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	399
Pensão previdenciária — Ilegalidade — Anulação — LUIZ ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ	412
Produtor Independente — Tarifas — Revisão — CAIO TÁCITO	415
Concurso — Classificação — Direito adquirido — CARLOS THOMPSON FLORES	417
Regime jurídico de concessão e subconcessão — ARNOLDO WALD	426
 <b>Notas e Comentários</b>	
Ministro Carlos Thompson Flores (biografia) — CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES	455

# REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**RENOVAR**



**FGV** Fundação Getúlio Vargas

JULHO/SETEMBRO-2001

**225**